

APRESENTAÇÃO

Neste número duplo de *Perspectivas*, concentramos o foco analítico na reflexão sobre “Relações hemisféricas, segurança e governabilidade na América Latina”. É notória a enorme complexidade que o assunto contém e não se tem a pretensão de esgotá-lo, mas apenas de contribuir para a sistematização de alguns de seus problemas. Sem dúvida, depois dos atentados contra as torres gêmeas e o Pentágono, a ordem internacional adentrou num complexo período de transição, cujo desfecho é ainda imprevisível e que dependerá, em larga medida, da capacidade demonstrada pelos diversos atores de fazer política. Entretanto, pelas próprias circunstâncias impostas pelo processo de globalização – com o predomínio absoluto da lógica econômico-financeira sobre todas as outras dimensões da vida – e pela reação truculenta e imperial do governo dos EUA depois de 11 de setembro de 2001, a possibilidade de se fazer política e portanto de imprimir um rumo alternativo ao movimento das coisas parece cada vez mais remota. Não há como minimizar o fato de vivermos em uma quadra histórica na qual se dissolvem os atores políticos e sociais próprios da modernidade. Tal dissolução reforça a sensação de que o único protagonismo possível é o dos fatos. De onde quer que olhemos o mundo, o cenário é desolador: em toda parte, a política e a busca de caminhos alternativos estão em baixa.

Na década de 1930, Antonio Gramsci vaticinava que se estava vivenciando uma mudança epocal, que se realizaria na forma de um longo processo de “revolução passiva”. Preocupado com isso, Gramsci advertia sobre a necessidade de se compreender o processo de estabelecimento da hegemonia do capitalismo americano, já que ante o fenômeno soviético – particular, sem capacidade de generalização, no limite, russo – o “americanismo” revelava uma maior capacidade de universalização. Durante a segunda metade do século XX, suas preocupações se

tornaram realidade e o “americanismo” foi se afirmando como ideal de vida e como horizonte histórico possível de transformação social.

O colapso do socialismo real seria a confirmação plena dessa tendência, dando a impressão para muitos de que se chegara, enfim, a uma ordem internacional permeada pela cooperação, pela busca da justiça e pelo desenvolvimento equilibrado. A década de 1990 logo revelaria que tal utopia não se realizaria e que, diante dos novos conflitos, os EUA se colocariam acima da lei, atribuindo-se, cada vez mais, a condição de “polícia do mundo”. Ou seja, neste início de século XXI, não só o “americanismo” se impôs como cultura e modo de vida, mas também houve um resgate dramático da lógica de potência imperial na forma como o governo dos EUA respondeu às questões internacionais depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Ao adotar a estratégia de que contra o terrorismo só cabe mais terrorismo, o governo dos EUA coloca-se fora da lei, explicita a dimensão bárbara que é consubstancial à lógica imperial e começa a destruir o fundamento republicano que deu vida à sociedade americana e tornou-a um modelo para o mundo.

Em especial para os países da América Latina, a imposição da lógica tem significado o risco recorrente de se ver reduzido à condição de mero coadjuvante dessa política imperial norte-americana. De certo modo, por sua instabilidade macroeconômica e por seu suposto populismo político, a esses países não restaria nenhuma alternativa senão a de aplaudir toda sorte de barbaridades cometidas nos marcos da lógica fundamentalista anunciada por George W. Bush, ao definir a conjuntura atual a partir da perspectiva de uma guerra do Bem contra o Mal.

Os textos que compõem o dossiê dão-nos uma amostra bastante expressiva da complexidade de alguns dos problemas presentes nas relações internacionais na América Latina. Mostram também a importância que o tema da segurança tenderá a assumir num contexto em que o relacionamento entre países e regiões deve se tornar cada vez mais intenso. Justamente por essa razão, a urgência de construir instituições com caráter supranacional torna-se candente, inclusive para que se possa equacionar o colapso das instituições tradicionalmente identificadas com o Estado nacional. Só se enfrentará concretamente a questão da integração e da segurança hemisférica quando se colocar, no centro da preocupação com a governabilidade, as experiências de democratização mal resolvidas e de desenvolvimento econômico truncado que são a marca distintiva dos países da região.

Tais preocupações, de certa forma, encontram desdobramento na seção “Discutindo o Brasil”. No texto, “O setor elétrico brasileiro: passado e futuro”, Helena Carvalho de Lorenzo enfrenta o desafio de pensar

uma estratégia nacional que leve em conta a importância do setor energético para o desenvolvimento econômico.

Perspectivas conta ainda com um conjunto de resenhas que se dedicam a comentar livros recentes, centrados na reflexão sobre temas e problemas contemporâneos.

Com este número duplo, *Perspectivas* encerra uma etapa de sua história. Daqui para frente, a revista mudará sua periodicidade, tornando-se semestral e demandando mais empenho e regularidade em sua confecção. Para o sucesso desse empreendimento, conclamamos a participação ativa não apenas dos membros de seu Conselho Editorial, mas de todos os seus colaboradores e demais colegas de nossa comunidade científica.

O Diretor